

**Aviso n.º 6526/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, LTFP, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por aviso n.º 15783/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro de 2013, foi celebrado no dia 1 de agosto de 2014, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Agente de nomeação definitiva do mapa de pessoal da Polícia de Segurança Pública, Engenheiro Pedro Alexandre Xavier Amarante, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior previsto no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com a remuneração de € 1.201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 240 dias, nos termos previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704733

**Aviso n.º 6527/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Licenciada Elisabete Maria Guedes Alves, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e 15.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704506

**Aviso n.º 6528/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 9 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Licenciada Leonor Isabel Robalo Júdice da Costa, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração de € 1.922,37, correspondente ao intervalo entre a 5.ª e 6.ª posição remuneratória, e entre o 27.º e 31.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208703834

**Aviso n.º 6529/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental do Engenheiro Nuno Miguel Patrocínio de Sousa, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e 15.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704822

**Aviso n.º 6530/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do

período experimental da Licenciada Maria João Vieira Bronze Pena Vaz, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração de € 1.750,73, correspondente ao intervalo entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória, e entre o 23.º e 27.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704344

**Aviso n.º 6531/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 3 de junho de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Arquitecta Teresa Cristina Esteves Vargas da Conceição, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória e 23.º nível da tabela remuneratória única.

5 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208708046

**Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.****Despacho n.º 6627/2015**

Torna-se público que, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça, de 23 de julho de 2014:

Licenciadas Cristina Maria Gomes Cordeiro, Susana Pereira da Silva Tavares, Luísa Maria Osório Duarte Eiras e Maria Fernanda Coutinho Rodrigues — designadas, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, como Coordenadoras das Unidades Funcionais, respetivamente, de Patologia Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P., de Clínica Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P., de Patologia Forense da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P. e de Clínica Forense da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2014.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

2 de junho de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208708249

**Despacho n.º 6628/2015**

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.) de 22 de julho de 2014:

Mestre João Miguel Gouveia Franco — designado para o cargo de Diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses do INMLCF, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, em concordância com a proposta apresentada pelo júri do respetivo procedimento, por reunir os requisitos legais necessários e se considerar ser possuidor do perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, conforme decorre do respetivo currículo académico e profissional.

De acordo com o disposto no n.º 10 do citado artigo 21.º é fixada a data de 22 de julho de 2014 para produção de efeitos da presente designação.

O dirigente ora designado pode optar pelo vencimento de origem, em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho e no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

2 de junho de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.